26°ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT6 – Informação, Educação e Trabalho

LEITURA ESCOLAR EM GUARAPARI (ES): ENTRE MEDIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SCHOOL READING IN GUARAPARI (ES): *BETWEEN MEDIATION AND PUBLIC POLICIES*

Mirela Aleixo da Fonseca – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Gleice Pereira – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A leitura constitui um elemento fundamental para a formação crítica, o desenvolvimento humano e o acesso democrático à informação, especialmente no contexto escolar. Nesse cenário, as políticas públicas de incentivo à leitura desempenham função relevante na garantia do direito à informação, na promoção da formação leitora e no desenvolvimento do letramento informacional. O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas de incentivo à leitura propostas pela gestão municipal de Guarapari, Espírito Santo, e compreender os impactos da ausência de bibliotecários na mediação leitora no Ensino Fundamental. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando levantamento bibliográfico sistematizado, pesquisa documental e aplicação de questionários semiestruturados junto a professores, gestor escolar e bibliotecário da rede municipal. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, permitindo a identificação de categorias relacionadas à mediação da leitura, infraestrutura informacional e práticas pedagógicas. Os resultados evidenciaram uma contradição entre a robustez dos documentos normativos municipais e a precariedade estrutural das bibliotecas escolares, especialmente quanto à insuficiência de profissionais bibliotecários. Constatou-se ainda que o elevado desempenho educacional da escola investigada está fortemente associado ao engajamento docente, caracterizando um processo de sobrecarga na mediação leitora. Conclui-se que a efetividade das políticas públicas de leitura depende da valorização da biblioteca escolar como espaço estratégico de formação crítica e da atuação permanente de profissionais qualificados na mediação da informação.

Palavras-chave: Políticas públicas de leitura; biblioteca escolar; mediação da informação; letramento informacional; Ciência da Informação.

Abstract: Reading is a fundamental element for critical development, human growth, and democratic access to information, particularly within the school context. In this scenario, public policies encouraging reading play a significant role in guaranteeing the right to information, fostering reading habits, and developing information literacy. This study aimed to analyze the effectiveness of reading promotion policies proposed by the municipal

administration of Guarapari, Espírito Santo, and to understand the impact of the absence of librarians on reading mediation in elementary education. The research adopted a qualitative, exploratory-descriptive approach, utilizing a systematic literature review, document analysis, and semi-structured questionnaires administered to teachers, a school administrator, and a librarian from the municipal school system. Data analysis was conducted using Content Analysis, enabling the identification of categories related to reading mediation, information infrastructure, and pedagogical practices. The results revealed a contradiction between the robustness of municipal policy documents and the structural inadequacy of school libraries, particularly regarding the shortage of professional librarians. It was also found that the high educational performance of the school under study is strongly linked to teacher engagement, resulting in an overburdening of staff regarding reading mediation. The study concludes that the effectiveness of public reading policies depends on valuing the school library as a strategic space for critical development and ensuring the continuous presence of qualified professionals to facilitate information mediation.

Keywords: Public reading policies; school library; information mediation; information literacy; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A leitura, em sua acepção mais profunda, transcende o ambiente escolar para consolidar-se como um pilar de sustentação da democracia e do desenvolvimento humano. Não se trata meramente de uma competência técnica voltada à decodificação de signos linguísticos, mas de uma prática social complexa que possibilita a compreensão crítica da realidade e a ampliação da participação dos sujeitos na vida social. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, a leitura constitui um dos fundamentos do letramento informacional, permitindo que os indivíduos desenvolvam habilidades para localizar, avaliar e utilizar informações de forma crítica, ética e socialmente responsável em uma sociedade marcada pela abundância informacional e pela fragmentação digital.

No Brasil, o cenário atual da leitura é paradoxal e preocupante. Os dados da sexta edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" (2024), conduzida pelo Instituto Pró-Livro, revelam uma inversão histórica: pela primeira vez desde o início da série histórica em 2007, o número de nãoleitores (53%) ultrapassou o de leitores no país. Esse dado não reflete apenas um desinteresse cultural, mas evidencia as profundas desigualdades socioeconômicas e as limitações das políticas públicas de fomento à leitura. Enquanto o ambiente digital disputa a atenção dos jovens com conteúdos imediatistas e superficiais — fenômeno que Carr (2011) denomina "leitura em zigue-zague" —, a escola permanece como o principal, e muitas vezes único, ponto de contato sistemático do público infantojuvenil com o livro literário. Nessa direção, discutir a mediação da informação implica compreender de que maneira os

estudantes se relacionam com a leitura, com o conhecimento e com as diferentes formas de acesso à informação presentes no ambiente escolar. Mais do que disponibilizar livros e recursos informacionais, a escola e a biblioteca escolar devem criar condições para que os estudantes estabeleçam relações significativas com a informação, desenvolvendo competências críticas de interpretação, seleção e uso do conhecimento.

Nesse contexto, as políticas públicas deixam de ser apenas diretrizes administrativas para se tornarem compromissos éticos do Estado. Como postula Dye (2005), política pública é o resultado do que o governo escolhe fazer ou deixar de fazer; logo, a ausência de infraestrutura bibliotecária qualificada é, em si, uma decisão política de omissão. No território brasileiro, o marco normativo mais recente, a Lei nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), surge como uma tentativa de ruptura conceitual. A legislação deixa de enxergar a biblioteca como um "anexo" ou depósito passivo de livros para defini-la como um "equipamento cultural obrigatório e necessário ao processo educativo".

Entretanto, a distância entre a "letra da lei" e a materialidade do cotidiano escolar é o hiato onde se situa esta investigação. O município de Guarapari (ES), conhecido por sua pujança turística e hibridização cultural, apresenta um cenário educacional instigante. No plano das ideias e dos documentos normativos, como o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) e as Diretrizes Curriculares Municipais (DCM), o município demonstra alinhamento com as metas nacionais e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, a realidade das salas de aula revela tensões estruturais que desafiam a efetividade desses planos.

A problemática investigada advém da observação de realidades escolares que apresentam elevados índices de desempenho acadêmico, mas convivem com limitações relacionadas à infraestrutura informacional. A EMEIEF Zilnete Pereira Guimarães, lócus desta pesquisa, constitui um exemplo dessa aparente contradição. Embora tenha alcançado IDEB 7,0 em 2023, resultado superior à média municipal, a unidade escolar enfrenta desafios relacionados à estrutura da biblioteca e à ausência de profissionais bibliotecários, aspectos que evidenciam limites à efetivação das políticas públicas de leitura no contexto local.

Diante dessa problemática, o presente artigo busca responder à seguinte questão: Quais políticas públicas de incentivo à leitura são efetivamente propostas pela gestão municipal de Guarapari e em que medida a ausência de profissionais bibliotecários impacta a mediação leitora no Ensino Fundamental? O objetivo deste estudo é analisar a efetividade

dessas políticas, confrontando a robustez teórica dos documentos oficiais com as práticas e percepções de gestores e professores.

A justificativa para este recorte reside na urgência de se discutir o "isolacionismo docente" (Pereira, 2016), fenômeno em que o professor, sobrecarregado pela demanda curricular, assume solitariamente a responsabilidade pela mediação da leitura ante a ausência crítica do bibliotecário. Por meio do diálogo interdisciplinar entre a Ciência da Informação e a Educação, esse trabalho pretende demonstrar que o sucesso nos indicadores educacionais quantitativos não pode mascarar a necessidade de investimentos estruturais perenes e da profissionalização dos espaços de leitura, garantindo que o acesso à informação seja, de fato, um direito humano exercido em sua plenitude.

2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E MARCOS NORMATIVOS: A BIBLIOTECA ESCOLAR NA INTERSEÇÃO ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

A fundamentação teórica que sustenta a análise das políticas de leitura exige uma incursão interdisciplinar, onde os conceitos de gestão pública, mediação informacional e práticas pedagógicas se entrelaçam. Para compreender a efetividade das ações em Guarapari, é preciso, primeiramente, definir o campo das políticas públicas. Segundo Dye (2005), política pública pode ser sintetizada como "tudo o que o governo decide fazer ou deixar de fazer". Essa definição é fundamental para este estudo, pois revela que a omissão estatal — no caso, a carência de profissionais e infraestrutura — é, por si só, uma escolha política com impactos diretos no desenvolvimento social e econômico.

No contexto brasileiro, o ciclo da política pública enfrenta o desafio da coordenação federativa. A transição da formulação para a implementação exige que diretrizes nacionais sejam adaptadas às complexas desigualdades regionais. No campo da leitura, o marco estruturante histórico é o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que desde 1937 desenha a distribuição de recursos. Todavia, a grande ruptura conceitual ocorre com a Lei nº 14.837/2024, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Esta lei redefine a biblioteca escolar, retirando-a do limbo de "depósito de livros" para elevá-la à categoria de "equipamento cultural obrigatório e necessário ao processo educativo". Tal mudança alinha-se ao Manifesto IFLA/UNESCO (2025), que projeta a biblioteca como promotora de múltiplas literacias, criatividade e cidadania global, vinculando o acesso à informação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos Direitos Humanos.

Essa evolução normativa encontra respaldo teórico na Ciência da Informação (CI). Saracevic (1995) postula que a informação não é um recurso estático, mas um "processo" e um ativo gerido para promover o aprendizado. A forma como a informação é organizada e recuperada impacta diretamente a construção do conhecimento. Aqui, a intersecção com a Educação torna-se evidente: enquanto a CI oferece metodologias de organização, a Educação forma sujeitos capazes de transformar a realidade (Mostafa, 2007; Bergo, 2007). Em uma era de produção exponencial de dados, a mediação entre educadores e bibliotecários torna-se o elo essencial para que o aluno não apenas encontre a informação, mas saiba interpretá-la e aplicá-la de forma ética e crítica.

O papel do bibliotecário, nesse sentido, ganha um novo protagonismo. Ele deixa de ser um mero organizador de acervos para se tornar um mediador da informação, um agente ativo que estimula a autonomia intelectual e o pensamento crítico (Campello, 2012). No entanto, a realidade profissional desse mediador no Brasil é marcada por disparidades. Pereira e Nogueira (2017) apontam que, enquanto no setor privado os bibliotecários relatam ter voz ativa nas decisões pedagógicas, no setor público predomina a insatisfação devido à baixa remuneração e, principalmente, à falta de reconhecimento do papel pedagógico da biblioteca. A ausência desse profissional nas escolas públicas gera o que Pereira (2016) denomina "isolacionismo docente", em que o professor assume solitariamente a responsabilidade pela mediação, resultando em uma prática fragmentada e instrumentalizada.

Fundamentar a formação leitora exige, ainda, compreender o estudante como sujeito ativo na construção do conhecimento. Há convergência entre autores como Campello (2012), Kuhlthau (2013), Gasque (2012) e Freire (2022) ao reconhecer que a leitura ultrapassa a simples decodificação de signos linguísticos, constituindo-se como prática social, cultural e informacional.

Na perspectiva freireana, a leitura não se limita ao texto escrito. Freire (2022) compreende que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, não como uma etapa anterior e isolada, mas como um processo contínuo em que os sujeitos interpretam criticamente a realidade e atribuem significado às experiências vividas. Ler, portanto, implica estabelecer relações entre texto, contexto e prática social, favorecendo processos de conscientização, autonomia intelectual e participação cidadã. Tal compreensão aproxima a leitura da própria concepção de educação emancipadora, na qual o conhecimento é construído a partir do diálogo e da reflexão crítica sobre a realidade.

No campo da Ciência da Informação, essa discussão articula-se ao conceito de letramento informacional. Embora a literatura nacional também empregue a expressão competência em informação, opta-se neste estudo pelo uso do termo letramento informacional, por sua maior aproximação com os processos educativos e de formação leitora desenvolvidos no ambiente escolar. Segundo Gasque (2012), o letramento informacional envolve conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem ao indivíduo reconhecer suas necessidades informacionais, localizar informações relevantes, avaliá-las criticamente e utilizá-las de forma ética e socialmente responsável. Nessa perspectiva, a leitura constitui elemento fundamental para a apropriação da informação e para a construção de conhecimentos significativos.

A mediação da informação também ocupa papel central nesse processo. Para Almeida Júnior (2009; 2015), a mediação da informação corresponde a toda ação de interferência realizada por profissionais da informação, de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente, individual ou coletiva, com o objetivo de possibilitar a apropriação da informação pelos sujeitos. Tal compreensão amplia o papel do bibliotecário, que deixa de ser visto apenas como organizador de acervos e passa a atuar como agente educativo, capaz de promover o encontro significativo entre usuários e informações.

Nesse contexto, a biblioteca escolar deve ser compreendida como espaço privilegiado de aprendizagem, investigação e formação crítica. Kuhlthau (2013) defende que a biblioteca integrada ao currículo escolar potencializa os processos de pesquisa e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Da mesma forma, Campello (2012) destaca que a atuação articulada entre professores e bibliotecários favorece a formação de leitores e fortalece o desenvolvimento do letramento informacional. Assim, a mediação da informação, a formação leitora e o letramento informacional constituem dimensões complementares de um mesmo processo educativo.

Por fim, a fundamentação teórica deste estudo não estaria completa sem abordar o impacto das tecnologias digitais. Se por um lado o ciberespaço democratiza o acesso via bibliotecas digitais e fomenta a "inteligência coletiva" (Lévy, 1999), por outro, traz riscos significativos à cognição. Carr (2011) alerta para a "leitura em zigue-zague", um estilo de escaneamento superficial que compromete a profundidade interpretativa. Wolf (2018) reforça essa preocupação ao sugerir que a leitura digital fragmentada pode impactar a capacidade de empatia e o pensamento crítico profundo. Diante desse cenário, a escola e a

biblioteca escolar assumem um papel regulador: devem utilizar as "leituras selvagens" e informais do mundo digital como ponte para textos mais densos e complexos, equilibrando o acesso tecnológico com a profundidade necessária à formação de um leitor crítico e autônomo (Chartier, 1999).

Em síntese, a base teórica aqui exposta revela que a efetividade de uma política pública de leitura em municípios como Guarapari depende da harmonia entre três eixos: o marco legal (SNBE), a mediação profissional (bibliotecário qualificado) e a integração pedagógica (biblioteca como centro de aprendizagem), elementos que serão confrontados com a realidade empírica nas seções sub

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do caminho metodológico desta pesquisa foi orientada pela necessidade de compreender um fenômeno complexo e subjetivo: a efetividade das políticas públicas na percepção dos sujeitos que as vivenciam no cotidiano escolar. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2009), permite trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é caracterizada como exploratório-descritiva. É exploratória por se debruçar sobre um tema ainda pouco investigado no contexto específico do município de Guarapari, buscando fornecer uma visão panorâmica e esclarecer conceitos fundamentais para futuras intervenções. É descritiva por visar a caracterização precisa das políticas vigentes e a descrição das nuances que compõem as práticas de leitura nas escolas, estabelecendo relações entre as diretrizes teóricas e a realidade empírica (Cervo; Bervian; Silva, 2007).

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

O universo investigado compreendeu a rede municipal de ensino de Guarapari (ES). De forma intencional e estratégica, o *lócus* da pesquisa foi a EMEIEF Zilnete Pereira Guimarães. A escolha desta unidade escolar justifica-se pelo seu desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), alcançando a nota 7,0 em 2023, superando significativamente a média municipal de 5,8.

A amostra foi definida por conveniência e incluiu seis participantes-chave:

- 04 Professores Regentes: selecionados por sua experiência na rede, indicação institucional e histórico de envolvimento em projetos de incentivo à leitura;
- 01 Gestor Escolar: representado pelo diretor-adjunto, responsável direto pelo acompanhamento pedagógico da unidade;
- 01 Bibliotecário: profissional em atuação na rede municipal de educação de Guarapari (ES) no período da coleta de dados.

3.2 COLETA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A coleta de dados foi realizada entre agosto e dezembro de 2025, utilizando quatro instrumentos complementares para garantir a triangulação das informações:

- Levantamento Bibliográfico: realizou-se busca sistematizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo SciELO, Web of Science e Google Scholar, além de consulta a repositórios institucionais e documentos normativos relacionados à temática. Foram utilizados os descritores “biblioteca escolar”, “mediação da informação”, “letramento informacional”, “políticas públicas de leitura”, “formação de leitores” e “bibliotecário escolar”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Foram considerados para análise artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações e documentos oficiais publicados preferencialmente entre 2009 e 2025, em língua portuguesa, que apresentassem aderência ao objeto de estudo. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se trabalhos duplicados, produções sem relação direta com bibliotecas escolares ou políticas públicas de leitura e estudos voltados exclusivamente para bibliotecas universitárias, especializadas ou corporativas. A seleção do material ocorreu mediante leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, seguida da análise integral das produções consideradas pertinentes. O objetivo desse procedimento foi assegurar consistência teórica à investigação e subsidiar a interpretação dos dados empíricos obtidos na pesquisa de campo.

- Pesquisa Documental: análise técnica do Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), das Diretrizes Curriculares Municipais (DCM), leis e editais municipais. Este corpus documental permitiu mapear o que o município propõe formalmente como política de Estado.

- Questionários Semiestruturados: compostos por questões de múltipla escolha e questões abertas, focados na percepção dos sujeitos sobre a integração pedagógica da biblioteca, a disponibilidade de recursos, os desafios da mediação e os impactos na formação dos alunos.
- Questionário Sociodemográfico: aplicado para contextualizar o perfil acadêmico e profissional dos respondentes, revelando o alto nível de titulação do corpo docente.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento dos dados foi realizado por meio da técnica de Análise de Conteúdo (AC), conforme os pressupostos metodológicos de Bardin (2016). A escolha dessa técnica fundamenta-se em sua capacidade de promover uma análise sistemática, objetiva e interpretativa de materiais textuais, permitindo identificar padrões, recorrências e significados presentes nos discursos dos participantes e nos documentos analisados.

O processo analítico foi desenvolvido em três etapas articuladas: Pré-análise, Exploração e tratamento dos resultados e interpretação.

Na fase de pré-análise realizou-se a leitura flutuante dos questionários e dos documentos institucionais selecionados, buscando a familiarização com o corpus e a identificação de elementos recorrentes relacionados às políticas públicas de leitura, à atuação da biblioteca escolar e aos processos de mediação da informação.

Na etapa de exploração do material foram identificadas unidades de registro e unidades de contexto presentes nas respostas dos participantes. Em seguida, procedeu-se à codificação temática do material, agrupando conteúdos semanticamente semelhantes em núcleos de sentido. A partir desse procedimento emergiram categorias analíticas capazes de representar os principais fenômenos observados no campo investigado.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, as categorias construídas foram analisadas à luz do referencial teórico adotado, especialmente das contribuições de Freire (2022), Campello (2012), Almeida Júnior (2009; 2015), Gasque (2012), Kuhlthau (2013) e Saracevic (1995). Esse movimento permitiu relacionar os achados empíricos às discussões contemporâneas sobre mediação da informação, biblioteca escolar, letramento informacional e políticas públicas de leitura, produzindo inferências interpretativas acerca da realidade investigada. A Análise de Conteúdo, quando aplicada de forma sistemática, possibilita maior profundidade interpretativa e rigor na análise dos dados qualitativos.

3.4 CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS E RIGOR DA PESQUISA

As categorias analíticas foram construídas por procedimento indutivo, emergindo da interação entre o corpus documental e as respostas obtidas nos questionários aplicados aos participantes. Inicialmente, foram identificadas unidades de registro relacionadas às práticas de leitura, à atuação da biblioteca escolar, às políticas públicas municipais e aos desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

Posteriormente, essas unidades foram agrupadas por aproximação temática, permitindo a constituição de categorias mais amplas de análise. Desse processo emergiram as categorias “Isolacionismo Docente”, “Paradoxo dos Indicadores” e “Externalização das Dificuldades”, consideradas representativas das tensões observadas entre os documentos normativos e a realidade vivenciada na escola investigada.

Com o objetivo de assegurar maior rigor analítico, adotaram-se estratégias de triangulação entre diferentes fontes de evidência, incluindo documentos oficiais, questionários semiestruturados e literatura especializada. Além disso, realizou-se registro sistemático das etapas de codificação e categorização, bem como constante retorno ao corpus empírico para verificação da coerência entre os dados coletados e as interpretações produzidas.

Esses procedimentos buscaram conferir maior transparência, rastreabilidade e consistência ao processo analítico, reduzindo a subjetividade inerente às pesquisas qualitativas e fortalecendo a confiabilidade dos resultados apresentados. A literatura metodológica destaca que a explicitação das categorias e dos critérios de análise constitui elemento fundamental para a qualidade e credibilidade das pesquisas que utilizam a Análise de Conteúdo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da efetividade das políticas públicas de incentivo à leitura em Guarapari exige o confronto direto entre dois cenários: a "cidade ideal", descrita nos documentos normativos, e a "cidade real", revelada pelas vozes dos sujeitos e pela carência infraestrutural. Esta seção organiza os achados em três eixos analíticos que desvelam a contradição entre o sucesso nos indicadores educacionais e a fragilidade das políticas informacionais.

4.1 A ROBUSTEZ DOS PLANOS VS. O DÉFICIT DE MEDIAÇÃO PROFISSIONAL

O primeiro eixo de análise debruça-se sobre os documentos estruturantes: o Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) e as Diretrizes Curriculares Municipais (DCM). O PME de Guarapari, instituído pela Lei nº 3.934/2015, apresenta um cenário de aparente solidez teórica. A Meta 1 do plano é explícita ao prever a universalização das bibliotecas com profissionais qualificados, enquanto a Meta 5 foca na alfabetização de todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental.

No entanto, a pesquisa empírica revelou um abismo entre a meta e a execução. Durante o levantamento realizado entre agosto e dezembro de 2025, constatou-se que a rede municipal contava com apenas um bibliotecário para atender a 66 unidades escolares. Este dado é, sob a ótica da Ciência da Informação, o ponto de ruptura da política pública local. Conforme postula Saracevic (1995), a informação só se torna ativa quando mediada de forma eficaz. A ausência do bibliotecário nas escolas anula a função da biblioteca como "equipamento cultural estratégico" (Lei 14.837/2024), reduzindo-a a um depósito passivo de livros ou, no melhor dos casos, a uma sala de reforço pedagógico conduzida por auxiliares sem formação técnica em CI. Sob a perspectiva de Almeida Júnior (2009; 2015), essa realidade compromete diretamente os processos de mediação da informação. O autor defende que a apropriação da informação pelos sujeitos depende de ações mediadoras intencionais, capazes de estabelecer conexões entre os recursos informacionais e as necessidades dos usuários. Quando a escola não dispõe de bibliotecários, a mediação ocorre de forma limitada e descontínua, restringindo as possibilidades de formação crítica dos estudantes. Assim, a ausência desse profissional não representa apenas uma deficiência administrativa, mas uma fragilidade estrutural que afeta a efetividade das políticas públicas de leitura e o próprio direito à informação.

As DCM (2019), por sua vez, trazem uma perspectiva avançada ao reconhecerem a hibridização cultural de Guarapari e a necessidade de autonomia leitora. Contudo, essa autonomia é dificultada pela carência de uma curadoria profissional que atualize os acervos e integre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ao cotidiano leitor. A robustez teórica dos documentos municipais, portanto, carece de materialidade, funcionando mais como uma retórica de intenções do que como uma política de Estado perene. Além disso, a inexistência de profissionais especializados nas bibliotecas escolares dificulta a promoção do letramento informacional dos estudantes. Conforme argumenta Gasque (2012), o

desenvolvimento da autonomia informacional requer processos sistemáticos de orientação, seleção, avaliação e uso ético da informação. Sem a presença do bibliotecário, essas competências tendem a ser trabalhadas de forma fragmentada, dependendo exclusivamente da iniciativa individual dos professores.

4.2 O PARADOXO DO IDEB E O "ISOLACIONISMO DOCENTE"

Um dos achados mais instigantes desta pesquisa reside na análise do *lócus* de investigação. A EMEIEF Zilnete Pereira Guimarães ostenta um IDEB de 7,0 (2023), uma nota máxima que a coloca muito acima da média municipal (5,8). À primeira vista, tais números sugeririam o sucesso pleno das políticas de leitura. Entretanto, a aplicação dos questionários revelou uma realidade mais complexa.

O sucesso quantitativo não decorre de uma política pública sistêmica e estruturada, mas sim do engajamento individual e coletivo do corpo docente, pedagógico e gestor da escola pesquisada. Constatou-se que 100% dos professores participantes possuem pós-graduação *lato sensu*, o que indica um capital humano de alto nível. Esse corpo docente qualificado assume isoladamente o ônus da mediação leitora, suprindo com esforço hercúleo a ausência do suporte informacional técnico. Embora o comprometimento docente tenha contribuído para os elevados resultados educacionais observados, a literatura da área aponta que a formação leitora não deve depender exclusivamente do esforço individual dos professores. Campello (2012) destaca que as práticas mais exitosas de incentivo à leitura e à pesquisa escolar são aquelas desenvolvidas de forma colaborativa entre docentes e bibliotecários. Nesses contextos, a biblioteca escolar deixa de ocupar posição periférica e passa a integrar efetivamente os processos pedagógicos da instituição.

É neste cenário que emerge o fenômeno do "Isolacionismo Docente", conceito cunhado por Pereira (2016). O isolacionismo ocorre quando a responsabilidade educativa, que deveria ser compartilhada entre professor e bibliotecário, recai inteiramente sobre o primeiro. As falas dos professores indicam que eles utilizam a biblioteca com frequência, mas sentem falta de um profissional que realize a mediação informacional, a organização técnica e a curadoria digital. Sem o bibliotecário, o processo formativo torna-se fragmentado, limitando a leitura à sua função instrumental de suporte aos conteúdos curriculares, em detrimento de uma formação leitora emancipatória e crítica, como defendido por Freire (2022). A análise dos depoimentos evidencia que a leitura ainda é frequentemente

compreendida como instrumento de apoio ao desempenho escolar e ao cumprimento das exigências curriculares. Tal perspectiva distancia-se da concepção freireana de leitura como prática social e política, voltada à compreensão crítica da realidade. Para Freire (2022), a leitura constitui um ato de conhecimento e intervenção no mundo, razão pela qual ambientes informacionais qualificados tornam-se fundamentais para a formação de sujeitos autônomos e participativos.

4.3 EXTERNALIZAÇÃO DAS DIFICULDADES E A BARREIRA INSTITUCIONAL

Outra categoria emergente da Análise de Conteúdo foi a "Externalização das Dificuldades". Conforme sintetizado no mapeamento das percepções docentes, há uma forte tendência entre os professores e gestores de atribuir o baixo hábito leitor dos alunos a fatores externos à escola, especificamente à "ausência de cultura leitora no ambiente familiar".

Embora o contexto familiar seja, de fato, um preditor importante (conforme os dados do Retratos da Leitura 2024), essa percepção docente tende a obscurecer as falhas da própria instituição. A literatura sobre biblioteca escolar demonstra que a formação de leitores não pode ser atribuída exclusivamente ao ambiente familiar. Campello (2012) argumenta que a escola desempenha papel decisivo na democratização do acesso à leitura, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e culturais. Nessa perspectiva, reconhecer a influência da família não implica desconsiderar a responsabilidade institucional na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das práticas leitoras.

A pesquisa revelou que os professores reconhecem a precariedade tecnológica e a necessidade de atualização do acervo como fatores limitantes. Sob a luz de Silva (1997) e Debus (2006), o hábito de leitura nasce da abundância e do contato sensorial com livros atrativos. Quando a escola oferece uma biblioteca com acervo desatualizado e sem profissionais que dinamizem esse espaço, ela falha em prover o ambiente de estímulo necessário. Esse resultado reforça a compreensão de que a biblioteca escolar não deve ser percebida apenas como espaço físico destinado ao armazenamento de livros. Conforme Almeida Júnior (2015), trata-se de um ambiente de mediação da informação e construção de sentidos, cuja efetividade depende tanto da qualidade do acervo quanto da atuação dos profissionais responsáveis pela organização e dinamização das práticas informacionais e leitoras.

Ao externalizarem a culpa para a família, as políticas municipais e os atores escolares eximem-se de enfrentar o problema estrutural; a biblioteca escolar em Guarapari ainda é tratada como um "puxadinho" da sala de aula e não como o coração pulsante da produção de saberes. A eficácia da política de leitura não deve ser medida apenas pelo IDEB, pois este indicador quantitativo muitas vezes mascara a exaustão docente e a negação do acesso à informação de qualidade como um direito humano.

4.4 PERSPECTIVAS DE MUDANÇA: O EDITAL 011/2025

Por fim, é necessário discutir o movimento recente da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A publicação do Edital nº 011/2025, que prevê a contratação temporária de 25 bibliotecários, representa um avanço inegável e o reconhecimento do déficit apontado por esta pesquisa. A iniciativa demonstra que a gestão municipal passou a reconhecer a importância estratégica da biblioteca escolar para o processo educativo. Entretanto, sob a ótica das políticas públicas, a institucionalização de ações permanentes constitui elemento essencial para a consolidação dos resultados. A contratação temporária representa um passo importante, mas não substitui a necessidade de planejamento de longo prazo, estabilidade profissional e integração efetiva dos bibliotecários aos projetos pedagógicos das unidades escolares.

Contudo, a discussão teórica sobre políticas públicas (Dye, 2005) alerta que contratos temporários são insuficientes para garantir a continuidade necessária a uma política de leitura robusta. A integração definitiva da biblioteca ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) exige estabilidade profissional, que só é alcançada via concurso público. O avanço é significativo, mas ainda se mantém na lógica da "urgência" e não da "perenidade de Estado".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a efetividade das políticas públicas de incentivo à leitura propostas pela gestão municipal de Guarapari (ES) para as escolas de ensino fundamental. Ao confrontar o plano normativo com a prática cotidiana, conclui-se que o objetivo geral foi atingido ao desvelar entraves entre as diretrizes oficiais e a realidade da escola pesquisada.

A investigação permitiu mapear uma contradição sistêmica, enquanto documentos como o PME (2015-2025) e as DCM (2019) apresentam robustez teórica e alinhamento com a BNCC, a materialidade dessas políticas é deficitária. O dado mais crítico — a existência de

apenas um bibliotecário para atender a 66 escolas — prova que a "letra da lei" permanece no campo da retórica, anulando a função da biblioteca como equipamento cultural estratégico de mediação.

Demonstrou-se que o sucesso acadêmico quantitativo, evidenciado pelo elevado IDEB (7,0) do *lócus* pesquisado, não decorre de uma política pública de leitura estruturada, mas do "Isolacionismo Docente". Professores altamente qualificados assumem solitariamente a carga da mediação, o que gera uma prática fragmentada e reduz a biblioteca a um suporte instrumental do currículo, em detrimento de uma formação leitora emancipatória. Os resultados evidenciam que a ausência do bibliotecário compromete os processos de mediação da informação e limita o potencial formativo da biblioteca escolar. Dessa forma, a efetividade das políticas de leitura depende não apenas de documentos normativos, mas também da presença de profissionais qualificados capazes de promover a apropriação crítica da informação.

Além disso, a pesquisa revelou que a externalização das dificuldades — que atribui o baixo hábito leitor primordialmente à família — obscurece falhas institucionais. Ficou evidente que a precariedade tecnológica e o descompasso dos acervos são barreiras internas que a gestão municipal precisa enfrentar. Além da formação leitora, destaca-se a necessidade de promover o letramento informacional dos estudantes, fortalecendo sua capacidade de localizar, avaliar e utilizar informações de forma crítica e ética em diferentes contextos. Sob a ótica da Ciência da Informação, não há formação de leitores críticos sem ambientes informacionais estruturados que garantam curadoria e mediação profissional.

Como subsídio para o aprimoramento das políticas locais, aponta-se que o Edital SEMED nº 011/2025 é um avanço importante, porém insuficiente se mantido sob o regime de contratos temporários. A eficácia perene exige a realização de concurso público para bibliotecários e a integração definitiva da biblioteca ao Projeto Político-Pedagógico.

Em última instância, esta pesquisa reafirma que o acesso à leitura e à informação constitui um direito humano fundamental. A efetividade das políticas públicas de leitura deve ser avaliada não apenas por indicadores quantitativos de desempenho escolar, mas também pela capacidade de promover mediação da informação, formação leitora e letramento informacional. O caso de Guarapari evidencia que a consolidação dessas políticas depende da valorização da biblioteca escolar e da atuação de profissionais qualificados, capazes de

transformar o acesso à informação em oportunidades concretas de aprendizagem, cidadania e desenvolvimento crítico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s.l.*], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170 Acesso em: 10 jan. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. **Informação & Informação**, Paraná, v. 20, n. 3, p. 9-32, 2015. Disponível em: https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=171 Acesso em: 10 jan. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGO, Cláudia R. Coelho. A educação também passa pela ciência da informação: contribuições possíveis. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 77-82, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/J9kJsZVJjBYYZnVLwRg989t/?lang=pt Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14837.htm Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CARR, Nicholas G. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

DEBUS, Eliane. **Festaria de brincança**: a leitura literária na educação infantil. São Paulo: Paulus, 2006.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 11. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional:** pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, UnB, 2012.

GUARAPARI. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Guarapari (DCM)**. Guarapari: SEMED, 2019.

GUARAPARI. **Lei nº 3.934, de 01 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME – Período 2015-2025. Guarapari: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: https://www.guarapari.es.gov.br/pagina/ler/2140/monitoramento-do-plano-municipal-de-educacao Acesso em: 10 jan. 2026.

GUARAPARI. Secretaria Municipal de Educação. **Edital SEMED nº 011/2025**: processo seletivo simplificado para contratação temporária de Bibliotecário, Psicólogo e Assistente Social. Guarapari: SEMED, 2025. Disponível em: https://www.guarapari.es.gov.br/selecao/detalhes/204/edital-semed-n-011-2025-bibliotecrio-psiclogo-e-assistente-social Acesso em: 10 jan. 2026.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da biblioteca escolar**. Haia: IFLA, 2025. Disponível em: https://repository.ifla.org/ Acesso em: 10 jan. 2026.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil – 6ª edição**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2024.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da informação e educação. **ETD - Educação Temática Digital**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-11, 2007. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/640 Acesso em: 14 maio 2026.

PEREIRA, Gleice. **A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário**. 2016. 150 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22499/18092 Acesso em: 14 maio 2026.

PEREIRA, Gleice; NOGUEIRA, Patricia. Satisfação do bibliotecário de trabalhar em biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 691-706, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/879 Acesso em: 14 maio 2026.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/A_natureza_interdisciplinar_da_ci%C3%AAncia_da_informa%C3%A7%C3%A3o_%28Cionline_608%29.pdf Acesso em: 14 maio 2026.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Contexto, 2018.